

1 DATA: 26 de junho de 2008. LOCAL: Auditório do Edifício sede do IBAMA,  
2 localizado no SCEN, lote 2, bloco G, Brasília-DF. HORÁRIO: de 9 às 14 horas.  
3 PARTICIPANTES: Conselheiros - Ministério do Meio Ambiente (MMA), Maria  
4 Celeste Emerick (Presidente do CGEN) e Cristina Maria do Amaral Azevedo (2º  
5 Suplente); Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Clóvis Andrade Júnior,  
6 (Suplente); Ministério da Saúde (MS), Janaína Juliana Maria Carneiro Silva  
7 (Suplente); Ministério da Justiça (MJ), Patrícia Galdino de Faria Barros (Titular);  
8 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Leontino Rezende  
9 Taveira (Titular) e Márcio Antônio Teixeira Mazzaro (Suplente); Ministério da Defesa  
10 (MD), Jorge Rebello Ferreira (Titular) e Patrícia Siqueira de Medeiros (2º Suplente);  
11 Ministério das Relações Exteriores (MRE), Gustavo de Brito Freire Pacheco  
12 (Suplente); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC),  
13 José Carlos Cavalcanti de Araújo Filho (2º Suplente); Instituto Brasileiro do Meio  
14 Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), João Pessoa  
15 Riograndense Moreira Júnior (Suplente); Instituto Nacional de Pesquisas da  
16 Amazônia (INPA), Nadja Lepsch Cunha (2º Suplente); Empresa Brasileira de  
17 Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Rosa Miriam de Vasconcelos (Suplente);  
18 Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Sílvio Valle Moreira (Suplente); Instituto  
19 Evandro Chagas (IEC), Manoel do Carmo Pereira Soares (Titular); Fundação  
20 Nacional do Índio (FUNAI), Hilda Carla Barbosa Fajardo (Titular); Instituto Nacional  
21 de Propriedade Industrial (INPI), Giselle Guimarães Gomes (Titular) e Carla Maia  
22 Einsiedler (2º Suplente); e Fundação Cultural Palmares (FCP), Maurício Jorge Souza  
23 dos Reis (Suplente). Convidados Permanentes - Conselho Nacional dos  
24 Seringueiros (CNS), Pedro Ramos de Souza (Titular); Conselho Empresarial  
25 Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Joaquim A. Machado  
26 (Titular); Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica (FEBRAFARMA), Lauro D.  
27 Moretto (Titular); Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais  
28 (ABONG), Henry de Novion (Suplente); e Ministério Público Federal (MPF), Eliana  
29 Peres Torelly de Carvalho (Titular). Membros da Secretaria Executiva do CGEN  
30 (DPG/MMA): Sonja Mayra Righetti, João Francisco Barros, Fernanda Silva, Carla  
31 Lemos, Diogo Brito, Alessandro Gomes Garcia, Camila Oliveira, Mônica Negrão e  
32 Daniela Goulart. Ouvintes - Luciana Martins e Viviane A. Gurgel, Natura; Thais  
33 Chueiri, Patri; Otávio Maia, ICMBio; Elisa Lorena, Embrapa; Diego Soares, UnB;

34Vincenzo Lauriola, FUNAI; Roberto Victor L. e Silva, IBAMA; e Rute M. G. Andrade,  
35Instituto Butantan. CONVOCAÇÃO: Ofício Circular nº 05/2008/DPG/SBF/MMA de 12  
36de junho de 2008 (Conselheiros) e Ofício Circular nº 06/2008/DPG/SBF/MMA de 12  
37de junho de 2008 (Convidados Permanentes). PAUTA: **I – Abertura da Reunião; II**  
38- **Instalação dos Trabalhos;** (1) Leitura e Aprovação da Pauta da 59ª Reunião  
39Ordinária; (2) Aprovação da Ata da 58ª Reunião Ordinária; **III – Ordem do Dia;** (3)  
40Apresentação e Deliberação de Solicitações de Autorização de Acesso ao  
41Conhecimento Tradicional Associado para Pesquisa Científica: (3.1) Requerente:  
42Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, Processo nº.  
4302000.001130/2008-51, Relator: Ministério da Defesa – MD; (3.1) Requerente:  
44Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, Processo nº.  
4502000.001131/2008-03, Relator: Fundação Nacional do Índio – FUNAI; (4)  
46Apresentação e Deliberação de Complemento de Termo de Anuência Prévia no  
47Escopo de Projeto Autorizado: (4.1) Requerente: Universidade Federal do Rio de  
48Janeiro – UFRJ, Processo nº 02000.002597/2006-56, Relator: Secretaria Executiva  
49do CGEN; (5) Apresentação e Deliberação de Solicitação de Ampliação de Prazo  
50para Envio de Relatório: (5.1) Requerente: Instituto Nacional de Pesquisa da  
51Amazônia – INPA, Processo nº 02000.000612/2004-60, Relator: Secretaria  
52Executiva do CGEN; (6) Apresentação e Deliberação de Propostas de Normas: (6.1)  
53Retificação da Resolução nº 18 do CGEN, Relator: Secretaria Executiva do CGEN;  
54(7) Deliberação pela Criação de Grupo de Trabalho para a Discussão do Conceito  
55de “Derivados”; **IV – Assuntos de Ordem Geral;** (8) Relato do Ministério da  
56Agricultura sobre a Promulgação do Tratado Internacional sobre Recursos  
57Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura; (9) Informes Gerais da Secretaria  
58Executiva do CGEN: (9.1) Consulta Pública sobre o Anteprojeto de Lei de Acesso e  
59Repartição de Benefícios; (9.2) Aplicação da Resolução nº 29 do CGEN; (10)  
60Palavra Aberta aos Conselheiros; e (11) Encerramento. A Presidente da 59ª Reunião  
61Ordinária do CGEN, Srª. Maria Celeste Emerick (MMA), iniciou os trabalhos,  
62anunciando a publicação no Diário Oficial da União da nomeação do Conselheiro do  
63IBAMA, Sr. Bruno Barbosa (2ª Suplente), e deu as boas vindas ao 1º suplente do  
64MRE, Sr. Gustavo de Britto Freire Pacheco, que foi anunciado na última reunião,  
65mas participa da Reunião do CGEN pela primeira vez. Na seqüência, passou-se  
66para a discussão do primeiro ponto da pauta, item (1) Leitura e Aprovação da Pauta

67da 59ª Reunião Ordinária. Não houve manifestação por parte dos Conselheiros e a  
68pauta da 59ª Reunião Ordinária foi colocada em votação. Votaram favoravelmente à  
69aprovação da pauta sem alterações: Rosa Miriam (Embrapa), Leontino Rezende  
70(MAPA), Maurício Reis (FCP), Hilda Fajardo (FUNAI), Patrícia Galdino (MJ), Jorge  
71Rebello (MD), Janaína Silva (MS), Maria Celeste Emerick (MMA), Gustavo Pacheco  
72(MRE), Sílvio Valle (Fiocruz), José Carlos (MDIC), Giselle Guimarães (INPI) e Clóvis  
73Andrade (MCT). A Conselheira Nadja Cunha (INPA) se absteve de votar. Não houve  
74nenhum voto contrário. A pauta foi aprovada com treze votos favoráveis. Em  
75continuidade à reunião, a Srª Maria Celeste Emerick (MMA) passou ao item (2)  
76Aprovação da Ata da 58ª Reunião Ordinária, abrindo a palavra aos Conselheiros  
77para comentários e correções. Após apresentadas as correções necessárias, a  
78Presidente colocou a ata em votação. Votaram favoravelmente à aprovação da ata  
79da 58ª Reunião Ordinária os seguintes Conselheiros: Rosa Miriam (Embrapa), Nadja  
80Cunha (INPA), Maurício Reis (FCP), Hilda Fajardo (FUNAI), Patrícia Galdino (MJ),  
81Jorge Rebello (MD), Janaína Silva (MS), Maria Celeste Emerick (MMA), Gustavo  
82Pacheco (MRE), Sílvio Valle (Fiocruz), Clóvis Andrade (MCT), José Carlos (MDIC) e  
83Giselle Guimarães (INPI). Os Conselheiros Leontino Rezende (MAPA) e Manoel  
84Soares (IEC) se abstiveram de votar. Não houve nenhum voto contrário. A ata foi  
85aprovada com treze votos favoráveis. A Presidente, Srª Maria Celeste Emerick  
86(MMA), passou para o próximo item da pauta, item (3) Apresentação e Deliberação  
87de Solicitações de Autorização de Acesso ao Conhecimento Tradicional Associado  
88para Pesquisa Científica: (3.1) Requerente: Empresa Brasileira de Pesquisa  
89Agropecuária – Embrapa, Processo nº.02000.001130/2008-51, Relator: Ministério da  
90Defesa – MD. Após ler seu relato, a Conselheira Patrícia Siqueira (MD) manifestou  
91seu voto favorável à autorização de acesso ao conhecimento tradicional associado  
92para fins de pesquisa científica. A Srª Maria Celeste Emerick (MMA) abriu a palavra  
93aos Conselheiros, mas não houve manifestações e o item foi colocado em votação.  
94A Presidente Maria Celeste Emerick (MMA) pediu que ficasse registrado que a  
95Embrapa estaria impedida de votar, uma vez que é parte interessada. Votaram  
96favoravelmente à concessão da autorização: Leontino Rezende (MAPA), Nadja  
97Cunha (INPA), Maurício Reis (FCP), Hilda Fajardo (FUNAI), Manoel Soares (IEC),  
98Patrícia Galdino (MJ), Patrícia Siqueira (MD), Janaína Silva (MS), Maria Celeste  
99Emerick (MMA), João Pessoa (IBAMA), Gustavo Pacheco (MRE), Sílvio Valle

100(Fiocruz), Clóvis Andrade (MCT), José Carlos (MDIC) e Giselle Guimarães (INPI).  
101Nenhum voto contrário e nenhuma abstenção foram registrados. A autorização de  
102acesso foi aprovada com quinze votos favoráveis. A seguir, passou-se para o  
103subitem (3.2) Requerente: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –  
104Embrapa, Processo nº 2000.001131/2008-03, Relator: Fundação Nacional do Índio –  
105FUNAI. A Conselheira Hilda Carla Barbosa Fajardo (FUNAI) leu o seu relato e  
106recomendou a autorização de acesso ao conhecimento tradicional associado para  
107fins de pesquisa científica. Como não houve manifestações dos Conselheiros, o item  
108foi colocado em votação e novamente a Conselheira da Embrapa, por ser parte  
109interessada, estava impedida de votar. Votaram favoravelmente à concessão da  
110autorização: Leontino Rezende (MAPA), Nadja Cunha (INPA), Maurício Reis (FCP),  
111Hilda Fajardo (FUNAI), Manoel Soares (IEC), Patrícia Galdino (MJ), Jorge Rebelo  
112(MD), Janaína Silva (MS), Maria Celeste Emerick (MMA), João Pessoa (IBAMA),  
113Gustavo Pacheco (MRE), Clóvis Andrade (MCT), José Carlos (MDIC), Sílvio Valle  
114(Fiocruz) e Giselle Guimarães (INPI). Não se registrou nenhum voto contrário e  
115nenhuma abstenção. A autorização de acesso foi aprovada com quinze votos  
116favoráveis. Antes de passar para o próximo item da pauta, a Conselheira Nadja  
117Cunha (INPA) solicitou a palavra para parabenizar tanto a Embrapa quanto a  
118Secretaria Executiva do CGEN pela agilidade na tramitação dos dois processos da  
119Embrapa, que, em menos de dois meses após a entrada na Secretaria Executiva,  
120foram encaminhados para a deliberação do Conselho. A Sr<sup>a</sup>. Maria Celeste Emerick  
121ressaltou que é possível fazer um trabalho célere quando as informações vêm como  
122devem e passou para o próximo ponto da pauta, item (4) Apresentação e  
123Deliberação de Complemento de Termo de Anuência Prévia no Escopo de Projeto  
124Autorizado: (4.1) Requerente: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ,  
125Processo nº 02000.002597/2006-56, Relator: Secretaria Executiva do CGEN. A  
126Assessora Técnica Fernanda Silva (DPG/MMA) relatou, por meio da Nota  
127Informativa nº 26/2008 (encaminhada aos Conselheiros), que a UFRJ encaminhou  
128novo Termo de Anuência Prévia (TAP) com o objetivo de ampliar o escopo do  
129destino das informações sobre conhecimento tradicional associado no âmbito da  
130Autorização de Acesso ao Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional  
131Associado obtida pela instituição em dezembro de 2007. O TAP inicialmente  
132enviado, envolvendo a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos

133do Município de Oriximiná (ARQMO), previu como destino das informações sobre  
134conhecimento tradicional associado a publicação de tese de doutorado e de artigos  
135em periódicos e congressos. Como complemento a este, a UFRJ firmou um novo  
136TAP com a ARQMO, o qual inclui, além da destinação supracitada, a realização de  
137um filme. Após algumas considerações dos Conselheiros, o complemento do TAP  
138no escopo do projeto já autorizado da UFRJ foi colocado em votação. Votaram  
139favoravelmente: Rosa Miriam (Embrapa), Mauricio (Palmares), Leontino Rezende  
140(MAPA), Nadja Cunha (INPA), Hilda Fajardo (FUNAI), Manoel Soares (IEC), Patrícia  
141Galdino (MJ), Jorge Rebelo (MD), Janaína Silva (MS), Maria Celeste Emerick  
142(MMA), João Pessoa (IBAMA), Gustavo Pacheco (MRE), Sílvio Valle (FIOCRUZ),  
143Clóvis Andrade (MCT), José Carlos (MDIC) e Giselle Guimarães (INPI). Nenhum  
144voto contrário e nenhuma abstenção foram registrados. O complemento do TAP foi  
145aprovado com dezesseis votos favoráveis. Na seqüência, passou-se ao item (5)  
146Apresentação e Deliberação de Solicitação de Ampliação de Prazo para Envio de  
147Relatório: (5.1) Requerente: Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA.  
148Processo nº 02000.000612/2004-60, Relator: Secretaria Executiva do CGEN. O  
149Assessor Técnico Alessandro Gomes (DPG/MMA) fez seu relato com base na Nota  
150Informativa nº 27/2008, que trata da solicitação de prorrogação do prazo para envio  
151do relatório de atividades do Processo nº 02000.000612/2004-60, referente à  
152autorização de acesso concedida ao INPA em 04/01/2006. Informou que o  
153coordenador do projeto, Dr. Adrian, solicitou que o prazo de 15/06/2008 para o envio  
154do relatório, concedido pelo CGEN em sua 59ª Reunião Ordinária, fosse prorrogado  
155para 20/07/2008, em razão de dificuldades técnicas devidas à perda de dados no  
156computador central e no backup, além de encontrar-se em viagem até o dia  
15727/06/2008. A Conselheira Nadja Cunha (INPA) esclareceu que o Dr. Adrian  
158encontra-se em férias sabáticas há mais de um ano e que, alternativamente, ele  
159poderia fazer um relatório simples para cumprir o prazo estipulado, com o  
160compromisso de apresentar um relatório mais completo posteriormente. Pediu que a  
161solicitação do Dr. Adrian fosse considerada pelo Conselho. O Conselheiro Clóvis  
162Andrade (MCT) questionou se o prazo até 20/07/2008 seria suficiente para o envio  
163do relatório e ponderou se não seria melhor propor um prazo maior, para não correr  
164o risco de ser necessária nova prorrogação. A Srª. Maria Celeste Emerick (MMA)  
165esclareceu que o prazo de 20/07/2008 foi solicitado pelo próprio pesquisador, mas

166concordou com o Conselheiro Clóvis Andrade (MCT) e sugeriu o prazo de  
16715/08/2008. O encaminhamento foi submetido à votação. Votaram favoravelmente à  
168prorrogação do prazo para 15/08/2008: Rosa Miriam (Embrapa), Leontino Rezende  
169(MAPA), Maurício Reis (FCP), Hilda Fajardo (FUNAI), Manoel Soares (IEC), Patrícia  
170Galdino (MJ), Jorge Rebelo (MD), Janaína Silva (MS), Maria Celeste Emerick  
171(MMA), João Pessoa (IBAMA), Gustavo Pacheco (MRE), Sílvio Valle (FIOCRUZ),  
172Clóvis Andrade (MCT), José Carlos (MDIC) e Giselle Guimarães (INPI). A  
173Conselheira Nadja Cunha (INPA) não votou por ser parte interessada. Nenhum voto  
174contrário e nenhuma abstenção foram registrados. O novo prazo para entrega do  
175relatório foi aprovado com quinze votos favoráveis. A Srª Maria Celeste Emerick  
176(MMA) passou para o próximo ponto da pauta, item (6) Apresentação e Deliberação  
177de Propostas de Normas: (6.1) Retificação da Resolução nº 18 do CGEN, Relator:  
178Secretaria Executiva do CGEN. A Coordenadora das Câmaras Temáticas, Srª  
179Camila Oliveira (DPG/MMA), esclareceu que a minuta de Resolução apresentada foi  
180resultado da 48ª Reunião da Câmara Temática de Procedimentos Administrativos  
181(CTPRO), ocorrida em 18/06/2008. Ressaltou a percepção da Secretaria Executiva a  
182respeito de uma inconsistência constatada na Resolução nº 18, que estabelece  
183critérios para o depósito, o uso e a conservação de subamostras no que tange à  
184repartição de benefícios oriunda de projetos de bioprospecção. A Srª Camila Oliveira  
185(DPG/MMA) leu a minuta de Resolução com as alterações propostas para a  
186Resolução nº 18 e a Presidente Maria Celeste Emerick (MMA) abriu a palavra aos  
187Conselheiros e Convidados. A Conselheira Rosa Miriam (Embrapa) questionou a  
188necessidade de se guardar a subamostra durante o período estipulado pela  
189Resolução e argumentou que o período pode ser muito longo, complexo e oneroso  
190para a Instituição Fiel Depositária. A Srª Nadja Cunha (INPA) também levantou  
191dúvidas quanto ao artigo 4º da minuta de Resolução e a Srª. Cristina Azevedo  
192(MMA) lembrou que, por ocasião da elaboração da Resolução nº 18, foi amplamente  
193discutida a questão da rastreabilidade da amostra durante o período de repartição  
194de benefícios. Ressaltou que, até hoje, nenhuma instituição credenciada como Fiel  
195Depositária reclamou do ônus da guarda das amostras pelo período estipulado na  
196Resolução nº 18. Destacou ainda que, nesse caso, a discussão deveria ser reaberta  
197na Câmara Temática para tratar do assunto com a presença de curadores de  
198Instituições Fíeis Depositárias, de modo a melhor adequar à norma. Após vários

199questionamentos da Srª Nadja Cunha (INPA) e respostas da Secretaria Executiva,  
200foi definido o encaminhamento de que a minuta de Resolução que retifica a  
201Resolução nº 18 volte para a CTPRO, na qual será revisada por inteiro. A  
202Conselheira Janaína Silva (MS) manifestou desagrado quanto à desconsideração do  
203trabalho da Câmara Temática e sugeriu que os Conselheiros que apresentaram  
204ressalvas não falem à reunião na qual se discutirá o assunto. A Presidente Maria  
205Celeste Emerick (MMA) endossou o pleito da representante do Ministério da Saúde  
206e relembrou a avaliação da baixa participação dos Conselheiros nos trabalhos das  
207Câmaras Temáticas, apresentada na 57ª Reunião Ordinária do CGEN. O Sr. Otávio  
208Borges (ICMBio), com a palavra do representante do IBAMA, reiterou o pedido da  
209Srª Janaína Silva (MS) e criticou a ampliação do escopo da discussão para além do  
210que foi tratado na Câmara. Lamentou a ausência da participação de Conselheiros  
211representantes de órgãos sediados em Brasília na reunião que tratou do tema e  
212salientou que o IBAMA e o ICMBio participam ativamente nas reuniões, mas como  
213percebem que o trabalho não está sendo produtivo, irão reavaliar suas participações  
214futuras. A Srª Nadja Cunha (INPA) propôs que a Secretaria Executiva solicitasse um  
215parecer sobre a Resolução nº 18 a três das maiores instituições credenciadas como  
216Fiéis Depositárias que já tenham recebido depósito de subamostras, ou seja, os  
217usuários do sistema. A Srª Maria Celeste Emerick (MMA) esclareceu o  
218encaminhamento de que a Resolução nº 18 seja reavaliada por uma nova reunião  
219da CTPRO com o auxílio de 3 (três) curadores de coleções credenciadas como Fiéis  
220Depositárias e colocou o item em votação. Votaram favoravelmente ao  
221encaminhamento proposto: Rosa Miriam (Embrapa), Leontino Rezende (MAPA),  
222Nadja Cunha (INPA), Maurício Reis (FCP), Hilda Fajardo (FUNAI), Manoel Soares  
223(IEC), Patrícia Galdino (MJ), Jorge Rebelo (MD), Janaína Silva (MS), Maria Celeste  
224Emerick (MMA), Gustavo Pacheco (MRE), Sílvio Valle (FIOCRUZ), Clóvis Andrade  
225(MCT), José Carlos (MDIC) e Giselle Guimarães (INPI). Nenhuma abstenção foi  
226registrada e o Conselheiro João Pessoa (IBAMA) votou contrariamente. O  
227encaminhamento foi aprovado por quinze votos. A Presidente Maria Celeste Emerick  
228(MMA) recomendou que, caso os Conselheiros representantes das instituições  
229chaves para o debate não possam comparecer à próxima reunião da CTPRO, que  
230enviem um substituto com autoridade para deliberar sobre o tema. A seguir, passou-  
231se para o item (7) Deliberação pela Criação de Grupo de Trabalho para a Discussão

232do Conceito de “Derivados”. A Srª Maria Celeste Emerick (MMA) passou a palavra  
233para a Assessora Jurídica Daniela Goulart (DPG/MMA) para apresentação da  
234minuta de Deliberação. Após leitura da minuta encaminhada aos Conselheiros,  
235passou-se à abordagem progressiva desta. Sugeriu-se, então, que o mandato do  
236Grupo fosse a discussão da abrangência do conceito de derivados no âmbito do  
237Anteprojeto de Lei (APL). A Srª Maria Celeste Emerick (MMA) abriu a palavra aos  
238Conselheiros e o Convidado Sr. Henry de Novion (ABONG) sugeriu a inclusão, no  
239artigo terceiro, das “entidades da Sociedade Civil”, de modo que a participação no  
240grupo fosse estendida aos convidados permanentes, que tenham interesse no tema.  
241A Presidente Maria Celeste Emerick (MMA) entendeu que, não havendo sugestões  
242quanto ao artigo primeiro, ficou decidido que o Conselho concorda com seu  
243conteúdo, ou seja, que o objetivo da Deliberação é atribuir ao Grupo mandato para  
244discutir a abrangência do conceito de derivados no âmbito do APL. Passou-se,  
245então, à discussão sobre o artigo segundo, referente ao prazo para encerramento  
246dos trabalhos do Grupo. A Conselheira Nadja Cunha (INPA) sugeriu que as  
247conclusões do Grupo de Trabalho fossem encaminhadas a instituições usuárias para  
248que possam encaminhar sugestões. A Srª Maria Celeste Emerick (MMA) ponderou  
249que não há tempo hábil para consultar muitas instituições e que a Consulta Pública  
250do APL já é um espaço aberto para que outros atores apórtem suas contribuições  
251sobre o tema. A Conselheira Janaína Silva (MS) destacou que, entre as  
252contribuições ao APL, nenhuma tratou com profundidade o tema “derivados”, tendo  
253chegado apenas questionamentos por parte das indústrias farmacêuticas quanto à  
254abrangência do conceito. O Sr. Gustavo Pacheco (MRE) reforçou a importância  
255desse trabalho do ponto de vista do Itamaraty, lembrando que as discussões sobre o  
256APL correm em paralelo com as negociações do Regime Internacional de Acesso e  
257Repartição de Benefícios, e que é interesse do Brasil que os dois processos  
258caminhem juntos. Nesse sentido, chamou a atenção para as decisões da última  
259Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, que aconteceu  
260em Bonn, no final de maio. Informou que, nessa reunião, as Partes da CDB  
261decidiram que, até a data final para a elaboração do Regime Internacional, em 2010,  
262deverão ser realizadas três reuniões do Grupo de Trabalho sobre Acesso e  
263Repartição de Benefícios e que a primeira dessas reuniões deve acontecer no  
264primeiro quadrimestre de 2009. Ressaltou que as partes decidiram, também, que,



265 para subsidiar os trabalhos do Grupo de Trabalho sobre repartição de benefícios,  
266 seriam realizadas três reuniões de Grupos Técnicos de peritos, uma sobre  
267 cumprimento no regime internacional, outra sobre conhecimentos tradicionais e uma  
268 terceira sobre conceitos, termos e definições (e o tema “derivados” estaria incluído  
269 nesta última discussão). Chamou a atenção para a decisão das Partes de que esse  
270 Grupo Técnico sobre conceitos e definições reúna-se antes da primeira reunião do  
271 Grupo de Trabalho, ou seja, ainda este ano. Concluiu ressaltando a importância do  
272 trabalho do GT e a exigüidade do prazo. O Convidado Sr. Pedro Ramos (CNS)  
273 louvou a iniciativa em nome do Conselho Nacional dos Seringueiros e como  
274 representante de comunidade tradicional, ressaltou a importância da questão para  
275 este setor, e encorajou o aprofundamento da discussão. O Sr. Clóvis Andrade (MCT)  
276 pediu objetividade na discussão para conferir agilidade ao processo e, logo após, a  
277 Srª Maria Celeste Emerick (MMA) pediu que o Conselho retornasse à discussão  
278 sobre o artigo segundo. Não havendo manifestações, passou ao artigo terceiro, no  
279 qual o Sr. Clóvis Andrade (MCT) sugeriu retirar do dispositivo a palavra  
280 “permanente”, que qualifica os convidados para o grupo. O Convidado Sr. Joaquim  
281 Machado (CEBDS), ponderou que, quando se mencionam entidades da Sociedade  
282 Civil, pela definição da ONU, as empresas e o setor privado não são  
283 necessariamente considerados partes desse setor, tanto assim que os textos  
284 sempre dizem “sociedade civil e setor privado” ou “as companhias privadas”. Nesse  
285 sentido, reforçou a sugestão do convidado Henry para que se explicita a expressão  
286 “convidados permanentes”. Em seguida, questionou se os convidados permanentes  
287 estarão automaticamente incluídos no Grupo de Trabalho ou se precisam se  
288 inscrever demonstrando interesse e capacidade para tanto; e, ainda, se outros  
289 convidados e outras associações ou entidades interessadas poderiam ser indicadas  
290 por alguém ou se elas podem manifestar o seu interesse de fazer parte desse Grupo  
291 de Trabalho. A Presidente Maria Celeste Emerick (MMA) esclareceu que a idéia é de  
292 que os participantes do grupo sejam indicados por Conselheiros e Convidados  
293 Permanentes. O Sr. Sílvio Valle (FIOCRUZ) sugeriu reflexão no sentido de indicar  
294 instituições que possam contribuir sob o ponto de vista teórico para a discussão  
295 sobre derivados, tendo em vista que o embasamento teórico é fundamental para a  
296 tomada de decisão neste caso. A Srª Maria Celeste Emerick (MMA) sugeriu a  
297 concessão de prazo para que os Conselheiros e Convidados indiquem os

298componentes do grupo. A Srª Nadja Cunha (INPA) sugeriu que fossem convidados a  
299participar do GT os grupos criados, no âmbito das instituições, para responder à  
300Consulta Pública sobre o APL. O Sr. Joaquim Machado (CEBDS) acompanhou o  
301comentário do Conselheiro Sílvio, entendendo que as discussões sobre esse  
302assunto tendem a se agrupar em torno da defesa de interesses. Mencionou a  
303existência de um grupo na Faculdade de Economia e Administração da USP que,  
304juntamente com a Faculdade de Direito da própria USP, debate questões de  
305economia e direito, e poderia contribuir nas discussões, tendo em vista que o tema  
306“derivados” é um tema típico de economia das organizações. A Srª Maria Celeste  
307Emerick (MMA) sugeriu a retomada da discussão sobre o prazo para o  
308encaminhamento de indicações de nomes para participação no GT. O Sr. Márcio  
309Mazzaro (MAPA) sugeriu uma alteração no artigo terceiro, caput, no sentido de  
310mencionar os “órgãos e entidades da administração pública federal que integram o  
311Conselho e representantes da Sociedade Civil”, porque estes últimos não integram o  
312Conselho. A Presidente Maria Celeste Emerick (MMA) acrescentou à sugestão do  
313Conselheiro Mazzaro os “convidados permanentes”, de modo a abranger também as  
314empresas. O Convidado Joaquim Machado (CEBDS) sugeriu a criação de termos de  
315referência que indiquem a capacitação necessária para a participação no Grupo de  
316Trabalho. A Srª Maria Celeste Emerick (MMA) afirmou que este deve ser um grupo  
317de especialistas, sem pretensões de ocupar ou absorver o papel da consulta pública.  
318A Srª Cristina Azevedo (DPG/MMA) afirmou entender que o Grupo de Trabalho  
319deverá ser composto por especialistas tanto da área de teoria econômica das  
320organizações, quanto das áreas biológicas e de antropologia. A Presidente Maria  
321Celeste Emerick (MMA) pediu à Srª Daniela Goulart (DPG/MMA) que apresentasse a  
322redação posta na tela, como tentativa de encaminhamento das discussões. A Srª  
323Daniela Goulart (DPG/MMA), antes de ler a proposta, solicitou o esclarecimento de  
324dúvida com relação ao artigo terceiro, com a redação proposta pelo Conselheiro  
325Mazzaro, e sugeriu a menção expressa aos convidados permanentes. O Sr. Márcio  
326Mazzaro (MAPA) afirmou entender que o Grupo deve ser composto por membros do  
327CGEN, especialistas e convidados, de acordo com a Medida Provisória, e a  
328Sociedade Civil deverá fazer parte dos convidados, porque não compõe o CGEN. O  
329Convidado Sr. Henry de Novion (ABONG) sugeriu modificar o caput do artigo  
330terceiro, sem mencionar a expressão “integra o Conselho de Gestão”, mas indicando

331 apenas “Convidados e Conselheiros do CGEN”. O Conselheiro Márcio Mazzaro  
332 (MAPA) ponderou que se deixar só no parágrafo, as entidades da Sociedade Civil só  
333 poderão participar se forem convidadas por um Conselheiro, o que não é o espírito  
334 do artigo. Lembrou que o Conselho está vinculado a uma lei que deve ser cumprida,  
335 e esta lei determina que a composição do Conselho é exclusivamente de órgãos  
336 federais. A Presidente do Conselho questionou, então, se a opinião do Conselheiro  
337 Mazzaro era de que os membros do Grupo de Trabalho fossem indicados por  
338 representantes dos órgãos e entidades, Conselheiros e Convidados do CGEN, com  
339 o que o Conselheiro Mazzaro assentiu. O Sr. Joaquim Machado (CEBDS) sugeriu a  
340 retirada da expressão “poderá convidar”, do artigo primeiro, substituindo-a por  
341 “convidará”, entendendo ser esse o espírito do Grupo de Trabalho, que  
342 necessariamente lançará mão de especialistas. A Srª Maria Celeste Emerick (MMA)  
343 perguntou a todos se estavam de acordo com a proposta do Convidado Joaquim  
344 Machado. Não havendo oposição, passou a palavra à Sra. Daniela Goulart, para a  
345 leitura do novo texto. A Srª Daniela Goulart (DPG/MMA) leu, então, o parágrafo  
346 segundo, que ficou com a seguinte redação: “os representantes dos órgãos e  
347 entidades mencionados no caput desse artigo terão prazo de sete dias a contar da  
348 publicação dessa deliberação para indicar seus representantes e especialistas a  
349 serem convidados para participar das reuniões do Grupo de Trabalho”. A Srª Maria  
350 Celeste Emerick (MMA) prosseguiu, então, com a leitura do restante da minuta. Não  
351 havendo comentários adicionais, sugeriu a submissão do texto à aprovação do  
352 Conselho. O Sr. Márcio Mazzaro (MAPA) questionou sobre o custeio de despesas  
353 com a participação dos convidados nas reuniões do Grupo. A Srª Maria Celeste  
354 Emerick (MMA) esclareceu que o DPG não tem recursos para custear a vinda dos  
355 especialistas e sugeriu que a própria instituição que indicou o participante arque com  
356 seus custos. A Srª Nadja Cunha (INPA) insistiu em sua sugestão anterior, de que  
357 fosse dado o prazo de uma semana, uma vez concluídos os trabalhos do Grupo,  
358 para que as instituições que participaram do processo de consulta pública possam  
359 também contribuir. A Presidente do Conselho esclareceu novamente que o GT não  
360 tem a pretensão de ocupar o espaço da consulta pública e o papel da Casa Civil, e  
361 que as instituições interessadas ainda podem encaminhar à Casa Civil seus  
362 posicionamentos sobre a matéria. Em seguida, pediu à Srª Daniela Goulart que  
363 apresentasse proposta sobre o custeio de despesas com a participação dos

364 convidados. A Sr<sup>a</sup> Daniela Goulart (DPG/MMA) apresentou, então, a proposta de  
365 parágrafo, que, ao final, ficou com a seguinte redação, aprovada por todos: “os  
366 órgãos e entidades mencionados no caput desse artigo arcarão com as eventuais  
367 despesas correspondentes à participação de seus representantes e convidados nas  
368 reuniões do Grupo de Trabalho”. Não havendo outros comentários ou sugestões, a  
369 Sr<sup>a</sup> Maria Celeste Emerick (MMA) sugeriu o encaminhamento do texto para votação.  
370 Votaram favoravelmente à aprovação da minuta de Deliberação: Rosa Miriam  
371 (Embrapa), Márcio Mazzaro (MAPA), Nadja Cunha (INPA), Maurício Reis (FCP),  
372 Hilda Fajardo (FUNAI), Manoel Soares (IEC), Patrícia Galdino (MJ), Jorge Rebelo  
373 (MD), Janaína Silva (MS), Maria Celeste Emerick (MMA), João Pessoa (IBAMA),  
374 Gustavo Pacheco (MRE), Sílvio Valle (FIOCRUZ), Clóvis Andrade (MCT) e Giselle  
375 Guimarães (INPI). Nenhuma abstenção e nenhum voto contrário foram registrados.  
376 A Deliberação de criação do GT sobre derivados foi aprovada por unanimidade  
377 (quinze votos). Em seguida, passou-se para o primeiro assunto de Ordem Geral:  
378 item (8) Relato do Ministério da Agricultura sobre a Promulgação do Tratado  
379 Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura. O  
380 Conselheiro Márcio Mazzaro (MAPA) informou que o Presidente da República  
381 promulgou, por meio do Decreto nº 6.476, de 5/06/2008, o Tratado Internacional  
382 sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em  
383 Roma em 3/11/2001 e assinado pelo Brasil em 10/06/2002. Informou que o MAPA  
384 apresentará uma minuta de Resolução na próxima reunião do CGEN, na forma das  
385 disposições do art. 19, § 2º, da Medida Provisória, abordando a abrangência, o  
386 escopo e as correlações quanto às competências do CGEN. Após este ponto,  
387 passou-se para o item (9) Informes Gerais da Secretaria Executiva do CGEN: (9.1)  
388 Consulta Pública sobre o Anteprojeto de Lei de Acesso e Repartição de Benefícios.  
389 A Sr<sup>a</sup>. Maria Celeste Emerick (MMA) relatou a metodologia adotada pela Casa Civil  
390 para a análise das respostas recebidas à Consulta Pública sobre o Anteprojeto de  
391 Lei (APL). Informou, também, que a Casa Civil já produziu um texto, que ainda não  
392 pôde ser divulgado, que reflete o estágio de incorporação de alguns temas que  
393 apareceram em resposta à consulta. Em seguida, a Presidente abriu a palavra aos  
394 Conselheiros e Convidados, mas não houve manifestações. Na sequência, passou-  
395 se ao subitem (9.2) Aplicação da Resolução nº 29 do CGEN. A Sr<sup>a</sup> Cristina Azevedo  
396 (DPG/MMA) iniciou o seu relato lembrando que todos os processos de regularização

397estão com a tramitação suspensa por decisão do Conselho, mas alguns projetos já  
398iniciados, como exemplo, projetos na fase de levantamento bibliográfico, já foram  
399autorizados. Ressaltou que, nesses casos, a atividade de acesso propriamente dita  
400não se iniciou, e esta é que precisa de autorização prévia, segundo a Medida  
401Provisória. Destacou que, de acordo com a Resolução nº 29, de 06/12/2007, as  
402atividades de elaboração de óleos fixos, de óleos essenciais ou de extratos, quando  
403esses resultarem de isolamento, extração ou purificação, nos quais as  
404características do produto final sejam substancialmente equivalentes à matéria prima  
405original não se enquadram no conceito de acesso ao patrimônio genético. Face ao  
406exposto, explicou que alguns pesquisadores questionam se podem iniciar etapas da  
407pesquisa que englobem atividades mencionadas na Resolução nº 29, sem que seus  
408projetos sejam considerados como acesso ao patrimônio genético. Ressaltou que a  
409Secretaria Executiva não vê problema, pois a Resolução diz que essas atividades  
410não são acesso e a Medida Provisória exige uma autorização prévia à atividade de  
411acesso, e não prévia ao início do projeto de acesso. A Srª Cristina Azevedo  
412(DPG/MMA) salientou a preocupação da Secretaria Executiva em informar ao  
413Conselho que a Resolução nº 29 começou a ser utilizada pelos pesquisadores nesse  
414sentido. Aproveitou a oportunidade para também comunicar a necessidade de  
415adequação de entendimentos tanto do CGEN como de agências financiadoras, pois  
416a FINEP tem um entendimento diferenciado e considera que o pesquisador não  
417pode iniciar nenhuma atividade do projeto antes de obter a autorização de acesso;  
418dessa forma, só libera seu financiamento após a obtenção da autorização de  
419acesso. A Presidente do Conselho Maria Celeste Emerick (MMA) informou que a  
420Secretaria Executiva está programando uma agenda com o CNPq e com a FINEP  
421para discutir essa questão e, futuramente, pretende avançar a discussão para as  
422fundações estaduais de amparo à pesquisa. A Convidada Srª Eliana Torelly (MPF)  
423considerou que a FINEP age da forma correta e ponderou sobre o problema criado,  
424caso o financiamento fosse liberado antes da autorização e a solicitação de  
425autorização de acesso fosse indeferida. Com a palavra aberta aos Conselheiros,  
426item (10) Palavra Aberta aos Conselheiros, a Srª Nadja Cunha (INPA) questionou  
427sobre a resposta da Advocacia Geral da União (AGU) sobre o Decreto de  
428regularização e conclamou o MCT e o MPF para se mobilizarem de modo a achar  
429uma solução para o problema. A Srª Maria Celeste Emerick (MMA) solicitou um

430 posicionamento do Conselho sobre essa questão e informou que a Secretaria  
431 Executiva sempre questiona a Casa Civil sobre esse assunto e que, atualmente,  
432 vem cobrando diretamente da AGU. No entanto, destacou que essa cobrança não  
433 vem causando impacto. Por meio da palavra do Convidado Joaquim Machado  
434 (CEBDS), a Srª Viviane Gurgel (Natura) demonstrou insatisfação com o problema e  
435 destacou alguns anseios da Natura. Ressaltou que a questão é de extrema  
436 importância para os setores de pesquisa, embora muito mais pertinente e confusa  
437 para as comunidades, os verdadeiros provedores. Concluiu que o problema não é só  
438 uma questão tecnológica, mas uma questão social. O Conselheiro Márcio Mazzaro  
439 (MAPA) lembrou que poucas instituições, como a Natura, a Embrapa e o INPA,  
440 tentam se regularizar, mas que a grande maioria está na irregularidade. A Srª Eliana  
441 Torelly (MPF) concordou com a Natura e complementou que, por experiências  
442 próprias, pôde comprovar que os membros das comunidades envolvidos em projetos  
443 com a Natura ficam muito frustrados com a questão do sobrestamento da tramitação  
444 dos processos de regularização. Nesse momento, a Srª. Eliana Torelly (MPF)  
445 mencionou informações referentes a projeto realizado no âmbito de processo que  
446 tramita na Secretaria Executiva. A Srª. Cristina Azevedo (DPG) alertou que, por  
447 solicitação do interessado, a Secretaria Executiva mantém as informações  
448 mencionadas sob sigilo e solicitou que não fossem dados maiores detalhes sobre o  
449 referido projeto durante a reunião, já que esta não era reservada. A esse respeito, a  
450 Srª. Eliana Torelly (MPF) informou que o acesso a todas as informações  
451 mencionadas se deu no âmbito do Ministério Público e que ela nunca teve acesso a  
452 documentos em tramitação na Secretaria Executiva do CGEN e que, portanto, não  
453 teria violado cláusulas de sigilo. Voltando à questão do sobrestamento dos  
454 processos, a Srª. Eliana Torelly (MPF) mencionou que, na Medida Provisória, existe  
455 a previsão de regularização e a previsão de aplicação de sanções; por esse motivo,  
456 ressaltou que o Conselho tem de chegar a um denominador comum e buscar  
457 alternativas, pois não pode ficar só aguardando uma manifestação da AGU. A Srª  
458 Maria Celeste Emerick (MMA) questionou que tipo de medida ou de atitude o  
459 Conselho deve tomar para avançar com esse ponto. A Srª Eliana Torelly (MPF)  
460 sugeriu que fosse formada uma comissão para resolver o problema. Com o intuito  
461 de dar ciência a todos os Convidados e Ouvintes da reunião, a Presidente do  
462 Conselho Maria Celeste Emerick (MMA) esclareceu que os Ministérios componentes

463do CGEN, em reuniões na Casa Civil, aproximaram-se do consenso sobre uma  
464minuta de Decreto que equacionaria a questão; no entanto, a não-concordância de  
465um único Ministério, o MCT, fez com que a Casa Civil, já convencida da importância  
466do Decreto, enviasse uma consulta à AGU, que por sua vez, e como de praxe,  
467solicitou um posicionamento das Consultorias Jurídicas dos Ministérios envolvidos.  
468Explicou que, nessa etapa, todos os Ministérios confirmaram suas posições, e que o  
469MCT continuou com uma posição diferente. Ressaltou sua indignação com o fato de  
470justamente o Ministério que comanda o sistema de ciência e tecnologia travar uma  
471discussão como essa e que o MMA não está nem um pouco acomodado e  
472confortável com essa situação, pois é o Ministério com a atribuição legal de  
473implementar essa legislação, mas totalmente incapaz de movimentar nesse cenário  
474da forma como está. A Presidente conclamou todos os Conselheiros para auxiliarem  
475nas tentativas de fortalecer essa interação junto à Casa Civil e para pensarem em  
476alternativas possíveis para solucionar esse impasse. Destacou que o sobrestamento  
477dos processos é absolutamente prejudicial para o sistema e para o País e que, se  
478um Ministério não concorda com o caminho estabelecido e confronta todos os  
479outros, que este encontre uma solução para o problema. O Sr. Clóvis Andrade  
480(MCT) solicitou a palavra e confirmou que o MCT, a despeito da boa vontade de  
481seus técnicos, tem, em sua esfera maior, um entendimento diferente. Concordou  
482que o Conselho faça uma tentativa de cobrar dos Ministérios uma posição de  
483entendimento político, jurídico e técnico; e ressaltou que existe uma série de outros  
484fatores que não fazem parte da mesa e que envolvem todo um processo de  
485negociação que vai muito além de uma reunião do CGEN, e dos quais este  
486infelizmente não está a par. Concluiu, dizendo que o MCT, na presença de seus  
487técnicos e de todos os seus representantes, faz o possível para tentar chegar a um  
488resultado favorável para todos. O Convidado Sr. Pedro Ramos (CNS), embora  
489entenda a pressa dos pesquisadores quanto à questão de patentes, ressaltou seu  
490receio de que os setores que sempre foram lesados continuem sendo lesados e o  
491pior, com amparo legal. Destacou que o importante é encontrar um caminho que  
492satisfaça os dois lados e lembrou que não dá para esperar pela aprovação da nova  
493lei, o que pode levar muito tempo. Solicitou que a solução saia ainda na vigência da  
494Medida Provisória e sugeriu que o assunto seja levado aos Secretários Executivos  
495de cada Ministério para resolverem o impasse. O Conselheiro Márcio Mazzaro

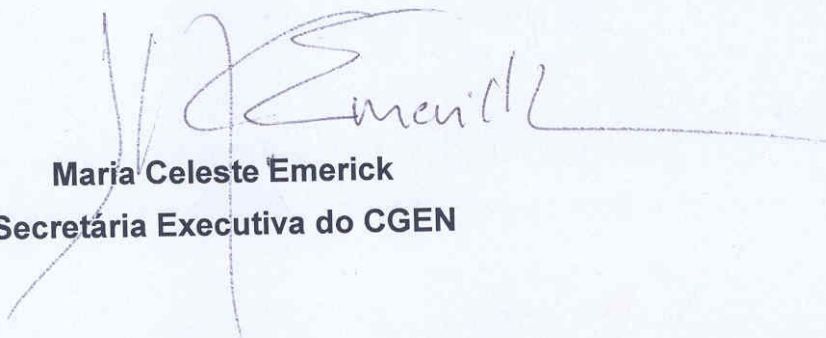
496(MAPA) propôs três encaminhamentos. Primeiro, sugeriu a criação de um Grupo de  
497Trabalho pequeno, com três ou quatro Ministérios, com o objetivo de encontrar  
498meios de redefinir a Medida Provisória para que o Conselho possa funcionar melhor,  
499uma vez que todos têm ciência da demora que pode levar para que o Anteprojeto se  
500torne Lei, sem mencionar o tempo que ficará no Congresso Nacional, quando chegar  
501lá. O segundo encaminhamento proposto pelo Conselheiro, especificamente para a  
502questão da regularização, foi o de se tentar encontrar soluções dentro da própria  
503Medida Provisória para fazer com que ela funcione. Conclamou os membros do  
504Conselho com formação jurídica e as Consultorias Jurídicas dos órgãos presentes  
505para pensarem em uma solução que não necessariamente dependa de Decreto,  
506poderia ser uma Resolução ou outro instrumento. Mencionou que na Lei de Ação  
507Civil Pública há um dispositivo (artigo 5º, § 6º) que diz que os órgãos públicos  
508legitimados poderão tomar, dos interessados, compromisso de ajustamento de  
509conduta às exigências legais, mediante cominações que terão eficácia de título  
510executivo extrajudicial. Destacou que não há como isentar das penalidades, porém,  
511se for estabelecido um mecanismo de ajustamento de conduta, com a boa vontade  
512do Ministério Público, interpretando que é possível, e junto com os órgãos de  
513fiscalização, toda e qualquer culminação prevista na Medida Provisória pode ser  
514isentada através desse instrumento. Como terceiro encaminhamento, devido à  
515importância do assunto, não só para a repartição de benefícios, mas também para a  
516agricultura, o Sr. Márcio Mazzaro (MAPA) sugeriu que fosse feita uma convocação  
517de Ministros, ao invés de Secretários Executivos, para se resolver o problema, pois  
518eles são os responsáveis. Antes de passar a palavra à Srª Nadja Cunha (INPA), a  
519Presidente Maria Celeste Emerick (MMA) pediu que o Conselho pensasse em um  
520indicativo mais emergencial, um primeiro passo em relação a essa questão do  
521Decreto. A Srª Nadja Cunha (INPA) concordou com os encaminhamentos propostos  
522e sugeriu que também fosse feita uma carta ao Presidente da República, contando o  
523histórico da situação. Destacou que se deve demonstrar o número de pesquisas que  
524envolve bioprospecção e conhecimento tradicional associado ou de contratos de  
525repartição de benefícios que não estão sendo realizados em função da  
526impossibilidade de se ajustar conduta e opinou que falta aos escalões superiores  
527entender a dimensão desse problema, pois parece que eles não sabem que se trata  
528de inovação, de comunidades tradicionais, de desenvolvimento de produtos e



529processos, de geração de empregos e renda. O Sr. Sílvio Valle (FIOCRUZ) ressaltou  
530que os setores jurídicos de todos os Ministérios seguem uma determinação política e  
531que está claro para todos que somente um Ministério, no caso o MCT, está  
532atravancando o processo. Nesse caso, propôs que a carta ao Presidente da  
533República indique que esse único Ministro deve ser convocado e não todos os  
534outros. A Srª Cristina Azevedo (DPG/MMA) ressaltou sua dúvida quanto à  
535competência do Conselho para pedir que o Presidente da República convoque um  
536Ministro e lembrou que, no ano passado, a Secretária Executiva da Casa Civil  
537convocou todos os Secretários Executivos dos Ministérios envolvidos no assunto e  
538lá se formou o Grupo de Trabalho que elaborou o Decreto, antes do impasse.  
539Lembrou ainda que a Secretária Executiva da Casa Civil deu um prazo de 40 dias  
540para se resolver a questão. Dessa forma, a Srª Cristina Azevedo (DPG/MMA)  
541sugeriu que fosse retomada a instância que já funcionou e, desse modo, o Conselho  
542deveria solicitar aos Secretários Executivos que pedissem uma audiência com a  
543Secretaria Executiva da Casa Civil para colocá-la ao par de todas as informações  
544citadas aqui. A Srª Nadja Cunha (INPA) ponderou se a Secretária Executiva do MMA  
545não poderia já encaminhar diretamente para os outros Secretários Executivos um  
546ofício informando o problema, com o intuito de agilizar as discussões internas em  
547cada Ministério antes da convocação pela Casa Civil. Todos concordaram com o  
548seguinte encaminhamento: a Secretaria Executiva do CGEN levará à Secretária  
549Executiva do MMA a solicitação do CGEN de que ela peça para a Secretária  
550Executiva da Casa Civil convocar uma reunião com os outros Secretários Executivos  
551para tratar do impasse da regularização, ao mesmo tempo, a Secretária Executiva  
552do MMA já informará, de forma padronizada, todos os Secretários Executivos sobre  
553a questão. O encaminhamento foi colocado em votação e votaram favoravelmente:  
554Rosa Miriam (Embrapa), Márcio Mazzaro (MAPA), Nadja Cunha (INPA), Maurício  
555Reis (FCP), Hilda Fajardo (FUNAI), Manoel Soares (IEC), Patrícia Siqueira (MD),  
556Janaína Silva (MS), Maria Celeste Emerick (MMA), João Pessoa (IBAMA), Sílvio  
557Valle (FIOCRUZ) e Clóvis Andrade (MCT). Não se registrou nenhum voto contrário e  
558nenhuma abstenção. O encaminhamento proposto foi aprovado com doze votos  
559favoráveis. A Presidente do Conselho, Srª Maria Celeste Emerick (MMA), informou  
560que o Boletim com informações sobre as reuniões das Câmaras Temáticas estaria à

562disposição de todos, agradeceu aos Conselheiros e Convidados e encerrou a 59ª  
563Reunião Ordinária.

564



**Maria Celeste Emerick**  
**Secretária Executiva do CGEN**